

Os credores estrangeiros e o realismo

ESTADO DE SÃO PAULO

Os banqueiros estrangeiros, ou mais especificamente os norte-americanos, estão preensivos quanto às medidas que o governo Collor de Mello poderá tomar no que respeita à dívida externa, pelo que, segundo nosso correspondente em Washington, já estavam estudando a suspensão das linhas de crédito de curto prazo. Ao que nos parece, os interesses dos bancos credores, nesta questão, se igualam aos do Brasil, devendo portanto levá-los a entender a situação delicada em que nos encontramos, e a adotar uma atitude que não conduza a decisões precipitadas.

A recusa do presidente eleito em receber em Paris, durante sua viagem de lazer, o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, sr. David Mulford, não deve ser interpretada como um ato de hostilidade. Cumpria-lhe, poucos dias antes de sua visita oficial aos Estados Unidos, assumir uma atitude de prudência, porquanto ainda não se elaborara a política econômica do futuro governo. A diplomacia é também a arte da paciência, e não podia o sr. Collor de Mello assumir posições que não poderia manter uma ou duas semanas depois. É sua intenção visitar os seus interlocutores estrangeiros muni-

do de um programa econômico coerente e, talvez antes mesmo que a Nação brasileira esteja a par das suas intenções, sondar os diferentes governos quanto às suas propostas formuladas no quadro de um realismo que ninguém pode condenar. Será certamente a partir dessas reações que o presidente eleito poderá fixar definitivamente sua conduta, se é que numa renegociação possa se estabelecer uma posição definitiva antes da conclusão de um acordo.

O sr. Fernando Collor de Mello parece já ter reconhecido seu erro ao falar em suspensão do aval do Tesouro quanto à dívida externa; poderá também voltar atrás na questão da descentralização da discussão diante das reações de outros renegociadores, que até tomaram a iniciativa de propor exatamente o contrário. Não pode, porém, desconhecer as dificuldades que encontrou o México para concluir, depois de mais de um ano, um acordo com os credores, sem saber agora, uma vez fechado tal acordo, quais serão as reações dos membros do Congresso norte-americano, onde alguns vêm denunciando a emissão de cupons zero nos quais estão descobrindo subsídios disfar-

cados em favor dos bancos dos EUA. Isso mostra claramente que numa negociação, mesmo concluída, sempre surgem novas dificuldades, o que impõe paciência aos negociadores...

Os bancos estrangeiros estão fazendo hoje forte pressão sobre Brasília e, longe de propor, como se havia anunciada, a capitalização dos juros atrasados, pedem que o governo em fim de mandato honre, pelo menos, os compromissos assumidos para pagamento dos juros sobre o *new money*. Podemos entender tal posição desses bancos, mas também eles devem levar em conta a situação peculiar em que se encontra o Brasil ao apagar das luzes da administração Sarney. De fato, o atual governo está totalmente incapacitado de tomar medidas que modifiquem o quadro da economia nacional: sua tarefa limita-se apenas ao afastamento do pior. É evidente que uma crise cambial decorrente do pagamento dos juros, poderia exercer um papel desestabilizador suplementar.

Os bancos estrangeiros, que demoraram mais de um ano para confirmar o acordo com o México, podem perfeitamente esperar ainda dois meses para inteirar-se das propostas do novo presidente

Dívida Externa
do Brasil, tendentes à solução do atual impasse. Deixou bem claro o sr. Fernando Collor de Mello que não deseja o confronto e sim sua vontade de discutir com a comunidade financeira internacional sem a adoção de medidas unilaterais.

Uma decisão menos ponderada, como, por exemplo, a suspensão das linhas de crédito (sobre as quais os juros continuam sendo pagos), precipitaria uma crise que não interessa nem ao Brasil nem tampouco aos credores. Aceitaram estes, diante da boa vontade mostrada inicialmente pelo governo do presidente argentino Carlos Menem, adiar a renegociação. Não podemos entender que ao Brasil se dê tratamento diferente, especialmente quando o presidente eleito está emitindo sinais de sua firme intenção de pôr a economia em ordem, e ainda mais de voltar ao sistema de conversões de parte da dívida em investimentos. Hoje a paciência dos credores trabalha em seu favor e, conforme parecem ter entendido os credores fora dos Estados Unidos, é de se esperar que não tomarão iniciativas que tornariam mais delicada a renegociação a ser iniciada daqui a alguns meses.